

MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS

Plano Piloto de Conserto de Vara

Trata-se de medidas que visam de modo específico apoiar as unidades jurisdicionais submetidas ao Sistema dos Juizados Especiais, que apresentem elevado número de processos em tramitação e que estão no aguardo da realização de audiências de conciliação e/ou instrução e julgamento.

De tal sorte, decidiu-se implementar na **1ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital**, que conta com o histórico de acervo expressivo de processos, por ter sido inicialmente instalada como o Juizado do Consumidor, o **plano piloto de conserto da vara**, incluindo não apenas a vertente de sentenças remotas, mas também a de audiências por videoconferência.

Notadamente, em pouco mais de 2 (dois) meses desde o início de sua execução, o Projeto já apresentou significativos resultados numéricos, sobretudo no que se refere à otimização da pauta de audiências, que era a grande responsável pela insatisfação dos jurisdicionados. Cumpre mencionar que, antes do início do Projeto, a pauta de audiências encontrava-se para Setembro/2014, cenário prontamente modificado com o remanejamento de 845 audiências garantindo a antecipação da pauta para Abril/2014, ou seja, **notória otimização de 5 meses**.

Tais resultados contaram com a imprescindível dedicação da Magistrada **Vanessa Barbosa Figueiredo**, que responde atualmente pela unidade e pelos magistrados **Rômulo Nogueira Brito**, titular da Comarca de Prainha, e **Rafael Grehs**, em exercício na Comarca de Santarém, os dois últimos na condição de juízes colaboradores.

MUTIRÃO DE SENTENÇAS

O Mutirão Remoto de Sentenças constitui-se em ferramenta de apoio oferecida a determinada Unidade Judiciária para o enfrentamento da demanda represada de processos aptos à prolação de sentenças.

Pressupõe a cooperação/ colaboração de magistrados (Juízes Colaboradores) que, sem prejuízo de suas atividades ordinárias, atuam em regime de auxílio em favor da Unidade Beneficiada, fazendo uso da tecnologia.

Vantagens do modelo remoto de mutirão:

- Continuidade da oferta de apoio enquanto perdurar a necessidade;
 - Otimização dos recursos, considerando que o magistrado colaborador não se ausenta da Unidade Judiciária a que está vinculado; e
 - Redução dos custos em relação ao modelo convencional de mutirão.
-

A primeira avaliação trimestral do desempenho do projeto Armário Limpo está em fase de conclusão e será disponibilizada neste site nos próximos dias.